



DESIGUALDADE SOCIAL E POBREZA: desafios para o desenvolvimento socioeconômico angolano do pós-guerra civil em 2002.

Anacleto Aníbal Xavier Domingos¹
José Raimundo Barreto Trindade²
Alexsandro Sousa Brito³

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo discorrer sobre os desafios socioeconômicos enfrentados por um país do sul global, situado mais especificamente no sul de África – Angola. Duas questões centrais perpassam este texto, a saber: pobreza e desigualdade. Angola passou por um processo de colonização que ao final deixou como herança uma economia dependente do setor petrolífero, além de 27 anos de guerra civil. A abundância de recursos naturais não foi aproveitado para garantir melhores condições de vida ao conjunto da população, tornando o debate sobre o desenvolvimento socioeconômico um tema relevante para pensar o futuro deste país. O texto procura mostrar a necessidade de se discutir quem são os ricos em Angola e não apenas identificar o pobre ou os modos de vida da pobreza, isto é, procura compreender a participação das elites econômicas do país na manutenção das desigualdades e da pobreza. Utilizamos de pesquisa bibliográfica para realizar tal intento.

Palavras-chave: Angola. Desigualdade social. Pobreza. Setor petrolífero. Desenvolvimento socioeconômico.

ABSTRACT

This essay aims to discuss the socioeconomic challenges faced by a country in the global south, located more specifically in southern Africa - Angola. Two central issues permeate this text, namely: poverty and inequality. Angola went through a colonization process that in the end left as its legacy an economy dependent on the oil sector, besides 27 years of civil war. The abundance of natural resources was not used to ensure better living conditions for the entire population, making the debate on socioeconomic development a relevant theme to think about the future of this country. The text seeks to show the need to discuss who are the rich in Angola and not only to identify the poor or the ways of life of the poor, that is, it seeks to understand the participation of the country's economic elites in the maintenance of inequality and poverty. We use bibliographical research to accomplish this.

Keywords: Angola. Social inequality. Poverty. Oil sector. Socioeconomic development.

¹ Doutorando em Desenvolvimento Econômico, Território e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Pará (UFPA), e-mail: domingo59xavier@gmail.com

² Professor Associado III do Departamento de Economia da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE) da UFPA. Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), e-mail: jtrindade@ufpa.br

³ Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico-PPGDSE. Coordenador do Grupo de Análise da Política Econômica-GAPE. E-mail: as.brito@ufma.br

PROMOÇÃO

APOIO



1. INTRODUÇÃO

Angola é um país africano caracterizado por enormes bacias de petróleo, por muitas jazidas de diamantes, rios e terras férteis. Situado no sul do continente africano, na região mais conhecida como África Austral, possui uma extensão territorial de 1.246.700 km² e uma população, segundo o Censo Populacional e Habitação de 2014, de cerca de 25 milhões de habitantes distribuídos pelas suas 18 províncias.

Passou por um processo de colonização e ocupação por Portugal até o ano de 1975 quando se tornou independente deste, tornando-se primeiramente uma República Popular de orientação socialista, que durou até 1992 quando das eleições que marcaram a transição para a economia de mercado.

Através desse processo histórico e por ser uma economia periféricamente conectada ao sistema capitalista global (AMIN, 1974) que reproduz em sua estrutura produtiva doméstica as condições desse capitalismo, emergiram nesse país os aspectos fenomênicos do desenvolvimento do capitalismo - pobreza e desigualdade toda.

Este ensaio tem como objetivo analisar a desigualdade social e pobreza como desafios socioeconômicos enfrentados por Angola depois após o processo de estabilização política nesse começo de século – a partir de 2002, final do conflito armado começado em 1979.

Para levarmos a cabo tal objetivo, apresentar o presente trabalho está organizado da seguinte forma: além da presente introdução e da conclusão em que são sintetizadas as principais ideias do texto, na seção dois é apresentada uma breve análise histórica da trajetória de desenvolvimento socioeconômico angolano no período posterior ao fim da guerra civil em 2002. Na seção três o conceito de pobreza e desigualdade é discutido, servindo de base para na seção quatro serem discutidos os dados recentes de Angola para esses indicadores.

2. A TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO ANGOLANO DESDE 2002

PROMOÇÃO



APOIO





Desde o final do conflito armado (2002), que a trajetória de desenvolvimento socioeconômico angolano tem sido pautada na predominância da economia petrolífera, através do seu peso econômico e financeiro sobre a economia do país. Segundo (ROCHA, 2014, p. 19), esta ‘opção’ pelo desenvolvimento dependente do setor petrolífero tem criado empecilhos na articulação de distribuição mais equitativa do rendimento nacional. Para ele, o setor petrolífero tem uma importância que,

nos anos mais recentes, a contribuição média da economia petrolífera foi de 55% para o PIB, 80% para as receitas fiscais e aproximadamente 94% para as receitas de exportação do país. Dadas as condições internas em que esta atividade se desenvolve – afastada do teatro da guerra e fruindo de regimes cambiais e fiscais especiais –, o setor petrolífero absorve, igualmente, o maior volume de investimentos externos, cuja média ascende a cerca de 2,14 mil milhões de dólares por ano. Naturalmente que as condições externas representadas pela relativa estabilidade da procura mundial e dos preços, do mesmo modo, explicam o interesse do investimento estrangeiro por esta atividade econômica (ROCHA, 2014, p. 19).

O setor petrolífero, mediante o seu caráter de extroversão, insere o país em uma vulnerabilidade externa, isto é, insere-o na dependência da volatilidade do mercado internacional. Urge a redução da participação do setor petrolífero no produto interno bruto do país tendo em vista que, “quando todos os bens e serviços necessários para a atividade petrolífera são importados – sem pagamento de direitos – os lucros e dividendos são praticamente todos exportados” (ROCHA, 2014, p. 20) e não se consegue criar um volume de emprego suplante.

A partir da Tabela 1 é possível entender de forma mais clara a maneira como os setores econômicos de Angola contribuem para a construção da massa salarial do país e a como esses valores se distribuem entre a população. Um primeiro dado importante a observar são os setores econômicos que mais empregam. Como era de se esperar, cerca de 53,7% da população ocupada estão no setor de Agropecuária e Silvicultura. O grande problema é que esse é praticamente de subsistência, gerando quase nenhuma massa salarial, e contribui pouco para a produção total do país (3,63%).

Como em outras economias periféricas, além do setor agrícola, é o comércio e outros serviços os principais responsáveis pelos postos de trabalho. Juntos, eles geram praticamente 30% das ocupações do país e cerca de 16,5% da produção total. Contudo, a média salarial é baixa. No caso do comércio, é uma das menores

PROMOÇÃO

APOIO



comparada a outros setores, ficando à frente apenas da agricultura e silvicultura. Outros serviços possuem média salarial maior, mas proporcionalmente muito menor do que os setores com as maiores médias salariais.

Reforçando o argumento de Rocha (2014), o setor mais importante para a produção é o de Extração e Refino de Petróleo Bruto e Gás Natural, com 40,73% da produção total do país. Entre os setores econômicos, ele é o que apresenta a quinta maior média salarial, mas possui apenas 1,5% da população ocupada. Essa é uma característica de setores intensivos em capital, que apesar de contribuírem significativamente para a produção total, geram poucos postos de trabalho, além de estarem mais vulneráveis às instabilidades no mercado internacional.

Tabela 1 – Setores Econômicos de Angola

Setores	Remuneração Média Anual (em milhões de Kz)	Ocupados por setor (%)	Peso setorial na Produção Total (%)
Agropecuária e Silvicultura	-	53,70	3,63
Pesca	327.697	0,75	1,43
Extração e refino de Petróleo Bruto e Gás Natural	2.317.054	1,50	40,73
Extração de Diamantes, de Minerais Met. e de Outros Minerais não Metálicos	1.827.971	0,37	0,94
Transformadora, exceto Refinação de Petróleo Bruto	585.645	1,35	4,74
Produção e Distribuição de Eletricidade e Água	3.429.439	0,13	0,96
Construção	804.445	7,57	10,57
Comércio	166.663	19,57	6,39
Transportes e Armazenagem	520.356	1,78	2,20
Correios e Telecomunicações	2.041.670	0,22	2,66
Intermediação Financeira e de Seguros	4.386.180	0,43	1,59
Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória	9.700.296	2,75	11,49
Serviços Imobiliários e Aluguer	1.297.153	0,01	2,55
Outros Serviços	600.890	9,68	10,12

Fonte: Elaboração própria com base na Matriz Insumo Produto (MIP) de Angola (HADDAD, 2019).

PROMOÇÃO



APOIO

A Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória é o setor económico com a maior média salarial, cerca de 9.700.296 Kwanzas, valor que é praticamente o dobro do setor que vem em segundo lugar na média salarial, que é o da Intermediação Financeira. A Administração Pública corresponde a 2,75% da população ocupada e 11,49% da Produção Total.

A estrutura ocupacional descrita na Tabela 1 reflete em parte os processos históricos recentes de Angola. A trajetória de desenvolvimento da economia angolana tem se dado de forma contraditória desde a sua independência, em 1975. A adoção do socialismo como regime de governo esbarrou em uma contradição estrutural – a herança das relações de capitalismo dependente advindas da ex-metrópole portuguesa. Os planos de desenvolvimento, isto é, de cunho socialista, esbarraram em um entreposto capitalista já montado e estruturado durante a administração portuguesa – o enclave do petróleo - que se tornou a solução, isto é, a poção mágica para os problemas da nova Administração.

Segundo Alencastro (2020), com o fim do conflito armado em 2002, ocorreu um boom económico das commodities que elevou Angola a ser disputada por vários países. Nesse período o PIB angolano cresceu 7% ao ano em média, o preço do barril de petróleo saiu de 22 dólares em 2002 para 147 dólares em 2008, proporcionando uma dinâmica de enriquecimento ao Estado angolano, levando o governo a comunicar a população que essa dinâmica de enriquecimento beneficiaria toda a população, porém, o resultado foi a elevação das desigualdades sociais e um aumento da incidência da pobreza no país.

3. DESIGUALDADE SOCIAL E POBREZA: O DEBATE CONCEITUAL

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2019, algumas dimensões devem ser tidas como cruciais para compreender a relação entre o desenvolvimento humano e as desigualdades: a) a dimensão da economia (o modo de interação das desigualdades com os padrões de crescimento económico); b) a dimensão da sociedade (o modo como as desigualdades afetam a coesão social); c) a dimensão da esfera política (o modo como as desigualdades influenciam a

PROMOÇÃO

APOIO





participação política e o exercício do poder político); d) e, por fim, a dimensão da paz e segurança (o modo como as desigualdades interagem com a violência, influenciado por fatores econômicos, sociais e políticos) (PNUD, 2019).

As desigualdades afetam as esferas da vida humana desde a economia, a sociedade, o aspecto político, e de paz e de segurança. O relatório procura analisar as desigualdades para além das médias, abrangendo, portanto, aspectos de multidimensionalidade no que tange o debate das desigualdades e pobreza.

Segundo Cohn (2006), os economistas neoclássicos não conseguiram explicar o aumento da desigualdade no último quarto do século XX devido ao desinteresse pelas questões de distribuição que eram tratados apenas no campo da Microeconomia e não da Macroeconomia. Esta visão de mundo se reflete na teoria neoclássica ao analisar a desigualdade de renda, pobreza e outras rendas em termos de distribuição individual e não da estrutura da economia como um todo. De acordo com Cohn (2006), os economistas heterodoxos prestam atenção às questões estruturais e não às questões individuais da renda e por isso oferecem uma reflexão mais sofisticada que os neoclássicos para entender as desigualdades.

Para alguns pesquisadores, Yang (2017) e Abreu (2013), não existe uma forma única de conceituar e mensurar a pobreza ou a desigualdade. Para Abreu (2013), pobreza é um fenômeno que pode significar coisas diferentes para pessoas diferentes. Já segundo (YANG, 2017), existem diferentes visões sobre o que venha a ser o mínimo de qualidade de vida e sobre como a disparidade entre os menos e os mais abastados devia ser definida na sociedade

De acordo com Yang (2017), a análise da pobreza consiste em duas fases básicas: a primeira consiste em identificar quem é o pobre e a segunda consiste em sintetizar as informações coletadas sobre esse indivíduo e transformá-las em uma medida de pobreza para a sociedade. Ainda segundo ela, a identificação do pobre requer uma definição de uma linha de pobreza e esta pode, por sua vez, ser vista como absoluta e relativa.

A pobreza absoluta diz respeito a uma situação em que mesmo ocorrendo uma mudança no padrão de vida geral da população o nível de recursos de um indivíduo considerado pobre não muda ao longo do tempo, ao passo que esse nível de recursos

PROMOÇÃO

APOIO



muda com o padrão de vida geral da população na compreensão da pobreza como um conceito relativo. O conceito de desigualdade já é por definição um conceito relativo, está ligado à distribuição de recursos e oportunidades entre indivíduos, entre grupos de uma população ou entre países (YANG, 2017).

Como acontece com o conceito de pobreza, os conceitos de desigualdade podem ser operacionalizados de várias maneiras, e vários índices e métricas foram propostos para a medição de pobreza e desigualdade, como aponta o trabalho de Medeiros (2012). Essas métricas devem satisfazer certas propriedades matemáticas para que eles atuem como medidas que melhor resumem a pobreza e a desigualdade e as mudanças em seus níveis, e diferentes conjuntos de propriedades têm levado a propostas de diferentes famílias de medidas.

Embora uma grande parte dos trabalhos sobre pobreza e desigualdade mantenham o foco na renda, existem vertentes de longa data na literatura que se concentram em noções mais amplas de vantagem e desvantagem (OLIVEIRA, 2013; PNUD, 2019). Estes trabalhos se expandem para além dos indicadores de recursos e resultados econômicos e levam em consideração componentes mais amplos da qualidade de vida. Esses incluem consumo e privação de bens e serviços materiais, capacidades e conquistas em várias dimensões da vida, como saúde, educação e dignidade e o contexto social mais amplo das estruturas sociais e exclusão social (YANG, 2017).

O mais comum nas pesquisas sobre pobreza e desigualdade é a mensuração destes fenômenos do ponto de vista da renda. Yang (2017) mostra que a renda não é apenas monetária, como salários e bônus, mas também poupança, aposentadoria e outras rendas recebidas do Estado. Segundo ela, é preciso se levar em conta também, para além dos fluxos de renda, os estoques de riquezas como um fator para a análise dos domicílios.

A medição da privação de bens e serviços materiais fornece uma visão dos bens e serviços que alguns indivíduos ou domicílios são privados de posse. Amartya Sen (1980; 2000) inaugurou, dentro das pesquisas sobre pobreza e desigualdades, a

abordagem multidimensional das capacidades⁴, isto é, em termos de capacidades e conquistas nas mais variadas dimensões da vida – do qual se baseia o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de 2019.

Essa abordagem se tornou a melhor forma de compreender as múltiplas consequências das desigualdades e da pobreza sobre o desenvolvimento humano. Porém, a crítica feita a esta análise é a visão do lado subjetivista da pobreza e da desigualdade. Obviamente que cada indivíduo considerado ou definido como pobre devido a um critério previamente traçado, sinta os efeitos da privação de forma particularizada, isto é, individual, é preciso, porém, frisar que muito dessa privação é provocada por uma institucionalidade mais ampla e estrutural envolvido nas múltiplas dinâmicas contraditórias do próprio modo de produção capitalista.

4. OS DESDOBRAMENTOS RECENTES DA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL EM ANGOLA

A literatura marxista propõe que a solução das desigualdades e da pobreza é a própria superação do modo de produção capitalista (PEET, 1975; CARVALHO, 2018). A conjuntura mais recente da dinâmica deste modo produção permite apenas esboçar possibilidades de superação, mas, ainda não se vislumbra concretudes. Por isso, as políticas públicas têm sido no sentido de amenizar a incidência da pobreza mundo afora, assim como a redução das desigualdades de todo o tipo. Medeiros (2003), por exemplo, propõe melhorias na distribuição dos recursos de um determinado país como solução para a erradicação da miséria da população. Rocha (2014) também propõe, para o caso de Angola, melhorias na distribuição de rendimento para que se possa ter um crescimento mais equitativo.

⁴ A abordagem da capacidade propõe que o bem-estar seja avaliado principalmente de acordo com o grau de liberdade que as pessoas têm para alcançar múltiplos "seres e ações" que eles valorizam. Sen propõe que estes podem variar "dos elementos físicos como sendo bem nutridos, estando adequadamente vestidos e protegido, evitando morbidade evitável, e assim por diante, para mais complexas conquistas sociais, como participar da vida da em comunidade, ser capaz de aparecer em público sem vergonha, e assim por diante (YANG, 2017, p. 11).

Esta seção tem como objetivo analisar a questão das desigualdades sociais e pobreza em Angola. Muitos trabalhos têm sido escritos sobre os pobres em Angola, grande parte deles tomam o período de guerra como a fonte dos desequilíbrios nos indicadores de pobreza e desigualdades no país (OLIVEIRA, 2012 e 2013; RODRIGUES, 2013; ABREU, 2013). Contudo, pouco ou quase nada é escrito sobre os ricos em Angola⁵.

É necessário fazer a discussão sobre os pobres em concomitância com os ricos, tendo em vista que são dois lados do mesmo processo. O processo de acumulação capitalista que gera riqueza provoca situação de escassez por outro lado, na medida em que a produção de riqueza se dá no âmbito coletivo, porém a distribuição e apropriação desta riqueza ocorre no âmbito privado, devido a instituição da propriedade privada que separa o produtor direto do produto gerado no processo produtivo, este processo gera forçosamente abundância de um lado e pobreza do outro (MENDONÇA, 2012).

Segundo Medeiros (2003), desigualdade e riqueza estão relacionadas, “pois os ricos fazem parte do extremo superior da distribuição em que, na base, se encontram os pobres” (MEDEIROS, 2003, p. 16). Ainda, segundo este autor, o vínculo entre pobreza e riqueza reside no fato de que é possível transferir para os pobres uma parte dos recursos dos ricos e com isso, erradicar a pobreza por meio da redução dos níveis de desigualdade.

No que concerne à incidência da pobreza em Angola, o IBEP realizado entre 2008 e 2009 mostra que a incidência era de 37%, o que significa dizer que 37 de cada 100 angolanos tinham um nível de consumo abaixo da linha da pobreza. A diferença entre a área urbana e rural é significativa porque o nível de incidência da pobreza é três vezes maior nas áreas rurais do que nas áreas urbanas (58% e 19%, respectivamente). A população pobre está concentrada desproporcionalmente nas áreas rurais, porque 45% da população total vive nas áreas rurais em comparação com 72% da população pobre (IBEP, 2013).

⁵ Diga-se de passagem, que existe no país uma rarefação assustadora dos dados concernentes a rendas ou rendimentos dos fatores de produção. Esta rarefação afeta o conhecimento da massa salarial quanto mais ordenado sobre os ganhos dos detentores de capital.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 A 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O governo de Angola identificou, através do documento elaborado com o título *Estratégia de Combate à Pobreza* (2004), as causas da pobreza, sendo elas as seguintes: o conflito armado, a pressão demográfica, a destruição e degradação das infraestruturas econômicas e sociais, o funcionamento débil dos serviços de educação, saúde e proteção social, a quebra muito acentuada da oferta interna de produtos fundamentais, a debilidade do quadro institucional, a desqualificação e desvalorização do capital humano e a ineficácia das políticas macroeconômicas.

Os esforços têm sido envidados por parte do executivo com vista a redução da pobreza, por isso tem florescido um conjunto de estudos relacionados à pobreza, como mencionado mais acima, escasseia-se, portanto, os estudos que analisam os possuidores de capital em Angola. Segundo Medeiros (2003), estudar os estratos ricos, do ponto de vista do combate à pobreza e à desigualdade justifica-se por duas razões básicas.

Primeiro, porque os estratos ricos detêm poder. Uma parte da população mais rica compõe as elites políticas e empresariais cujas ações afetam diretamente uma grande massa de pessoas, inclusive os pobres. Segundo, porque os estratos ricos detêm uma grande parte da riqueza do país. Uma forma de se melhorar as condições de vida da população mais pobre é a redistribuição das riquezas na sociedade. Se esta redistribuição consiste em transferências dos indivíduos que têm mais riqueza para os que têm menos, é natural que os ricos sejam negativamente afetados por medidas redistributivas. Por estas razões, é desejável saber quem constitui o grupo dos mais ricos, tanto para avaliar o que pode motivar conflitos de interesse entre ricos e não ricos quanto para saber como medidas igualitaristas afetam esta população (MEDEIROS, 2003).

Segundo Piketty (2013), no que concerne a desigualdade de renda, a desigualdade de capital é sempre extrema e que a distribuição do capital e das rendas que dela provêm é sempre sistematicamente mais concentradora do que a renda do trabalho. Segundo ele, as rendas podem ser analisadas como sendo o somatório da renda do trabalho e do capital, formando assim a renda total.

No que concerne à análise das desigualdades em Angola é sempre complicado devido à falta de dados disponíveis e, como mostra o relatório da PNUD (2019),

PROMOÇÃO

APOIO



amplia-se por causa da falta de transparência na elaboração dos dados. Alguns organismos internacionais fazem algumas extrapolações estatísticas com os poucos dados disponíveis sobre a realidade de muitas economias africanas.

Segundo os dados do World Inequality Database⁶, houve, em Angola, um aumento da renda dos 10% mais ricos no país, assim como também houve um aumento da renda do 1% mais rico. Os extratos da classe média, isto é, dos 40% do meio, sofreram um recuo em sua renda, mas mais acentuado ainda nos 50% da base da pirâmide (Tabela 2).

De 2010 a 2017, ocorre uma redução da renda dos 50% mais pobres da população (na ordem de 2,23%), a renda sai de 11,59% para 9,36%, a queda na distribuição do rendimento dos 40% do meio, sai de 37,34% em 2010 para 33,05% em 2017. Por outro lado, os 10% mais ricos viram o rendimento saltar de 51,06% em 2010 para 57,14% em 2017, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 - Desigualdade total da renda em Angola de 2010 a 2017

Ano	50%	40%	10%	1%
2010	11,59	37,34	51,06	17,44
2011	11,27	36,79	51,93	18,51
2012	10,95	36,24	52,8	19,58
2013	10,63	35,69	53,67	20,65
2014	10,31	35,14	54,54	21,72
2015	9,99	34,6	55,41	22,78
2016	9,67	34,05	56,28	23,85
2017	9,36	33,5	57,14	24,91

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do World Inequality Database.

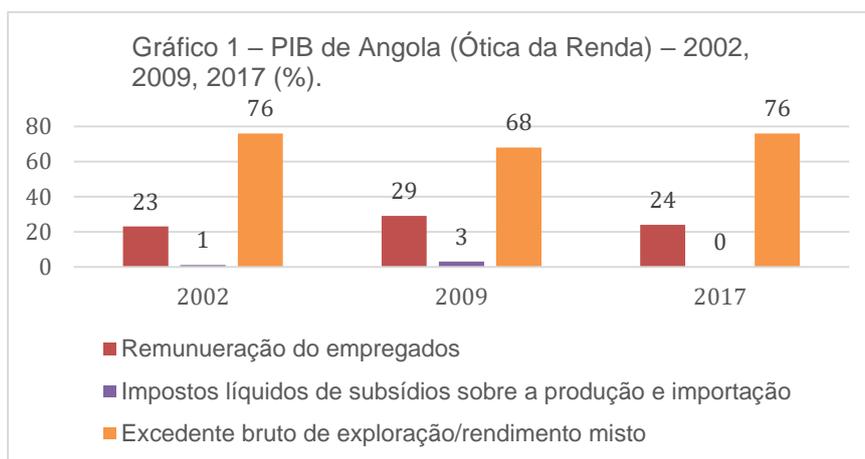
Como apontado por Medeiros (2003), os estudos dos mais ricos permitem conhecer as elites dos países, os que realmente ditam os rumos da política e da economia angolana. A Tabela 2 evidencia, apesar das suas limitações, a queda da classe média angolana que se formou depois do conflito armado, mas também mostra

⁶ Os números são obtidos corrigindo tabulações de pesquisas fornecidas pelo Banco Mundial para contabilizar as discrepâncias conceituais e a sub-representação das receitas superiores. As pesquisas estão disponíveis para os seguintes anos: 1995, 2000, 2008 e 2018. As participações nos lucros são interpoladas linearmente quando as pesquisas estão disponíveis no início e no final de um determinado período. As séries de desigualdade são extrapoladas para trás até 1990 e para a frente até 2019, mantendo constantes as participações nos rendimentos quando não há dados disponíveis para esses anos.

como os extratos mais pobres da população angolana estão cada vez mais empobrecidos apesar dos esforços envidados com vista a erradicar a pobreza⁷ e as desigualdades.

A situação da desigualdade da renda também pode ser observada pela análise das Contas Nacionais de Angola. Como mostra a Gráfico 1, a participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional não chega a 30%, tendo um ligeiro aumento em 2009 (29%), porém volta a cair em 2017. A Tabela 2 mostra uma queda acentuada na renda detida tanto pelos 50% mais pobres quanto pelos 40% pertencentes a classe média⁸ no período de 2010 a 2017, ajudando, portanto, a entender esta questão.

Em relação às diversas formas das rendas do capital, isto é, do conjunto de rendas recebidas sobre títulos de propriedade do capital, independentemente de qualquer trabalho e da denominação jurídica formal (aluguéis, dividendo, juros, royalties, lucros, ganhos de capital) (PIKETTY, 2013), observa-se de acordo com a Gráfico 1 que, a renda do capital tinha uma participação de 76% do PIB em 2002, reduzindo para 68% em 2009, mas voltando ao patamar de 2002 em 2017.



⁷ Outros indicadores que corroboram esta situação, são apresentados relatório recente sobre o desenvolvimento humano. Em um total de 189 países, Angola se encontrava na 149ª posição em 2018, caiu duas posições em relação a 2017. A esperança de vida teve um ligeiro aumento, 60 anos e 8 meses em 2018, enquanto os indicadores de anos de escolaridade ficaram na média dos países africanos.

⁸ Para o caso angolano urge um estudo sociológico da relevância da classe média, para que possamos compreender melhor as elites desse país. A situação no país parece ser de apenas extremos, isto é, dos mais ricos e dos mais pobres. Essa afirmação precisa ser confrontada com um estudo científico da realidade angolana mais acurado, o escritores deste texto estão a par desta questão.

Fonte: Elaboração própria com base nas Contas Nacionais de Angola.

Esses dados do Produto Interno Bruto angolano apontam a desigualdade na distribuição dos recursos do país e esse aspecto é prejudicial para o real desenvolvimento social e econômico de qualquer nação, prejudica também a coesão social (PNUD, 2019). A economia angolana tem passado por uma situação de altas taxas de incidência de pobreza e graves índices de desigualdade de renda. Esses dois fenômenos não coadunam com o plano proposto pelo governo angolano de crescer para melhor dividir⁹.

A divisão equitativa nunca foi posta em prática, mantendo-se apenas no campo do discurso. Portanto, é possível concluir que as estratégias implementadas não têm conseguido debelar os enormes estrangulamentos que a economia angolana tem passado devido aos constantes solavancos na economia internacional, principalmente após a crise financeira de 2008 e posteriormente com que com o fim do segundo ciclo das commodities em 2014 expressando-se nas constantes desvalorizações cambiais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O presente ensaio procurou discorrer sobre os desafios socioeconômicos enfrentados por Angola recentemente, com foco em duas questões especiais: a pobreza e a desigualdade. O país passou por um processo de colonização portuguesa, que ao fim deixou como herança uma relação econômica de característica primário-exportadora, além de 27 anos de guerra civil. A abundância de recursos naturais, não foi aproveitado para garantir melhores condições de vida para o conjunto da população, o que torna o debate sobre o desenvolvimento socioeconômico um tema relevante para pensar o futuro do país.

Em suma, o texto procurou mostrar a necessidade de se discutir quem são os ricos em Angola e não apenas ficar preso na questão da identificação do pobre ou sobre os modos de vida da pobreza. Compreender a forma como a riqueza é produzida, passa por entender as elites econômicas do país, as tomadas de decisão

⁹ Discurso de José Eduardo dos santos, presidente da república de Angola (de 1979 a 2017), falecido em 8 de julho de 2022, sobre o Estado da Nação, proferida na abertura da II sessão legislativa da III legislatura da Assembleia Nacional de Angola em Luanda, 15 de outubro de 2013

influenciadas por determinadas forças sociais e com isso identificar os diversos conflitos sociais advindos das desigualdades e da pobreza, de modo a construir um país com uma distribuição mais equitativa da riqueza.

6. REFERÊNCIAS

ABREU, Cesaltina. **Desigualdade social e pobreza: ontem, hoje e (que) amanhã.** Revista Angolana de Sociologia [Online], 9 | 2012, posto online no dia 11 dezembro 2013, [URL:http://journals.openedition.org/ras/440](http://journals.openedition.org/ras/440);DOI: <https://doi.org/10.4000/ras.440>.

ALENCASTRO, Mathias. **A Odebrecht e a formação do Estado angolano (1984-2015).** Novos Estudos. CEBRAP |São Paulo| vº 39, nº 0|125-141|JAN-BR. 2020. <http://dx.doi.org/10.25091/S01013300202000010007>

AMIN, S. (1974). **Accumulation on a world scale: a critique of the theory of underdevelopment** (Vol. 1). New York: Monthly Review Press, 1974.

CARVALHO, Luciene Ferreira Mendes de. **Pobreza e desigualdade social: fundamentos sociais e históricos.** EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 1o Semestre de 2018 - n. 41, v. 16, p. 122 – 138.

CONH, S. M. **Reintroducing Macroeconomics: A Critical Approach.** New York: M. E. Sharpe, 2006.

HADDAD, E. A., PEROBELLI, F. S. E ARAÚJO, I, F. Matriz de Insumo-Produto para Angola, 2012 (Nota Técnica). **TD NEREUS 08-2019**, Núcleo de Economia Regional e Urbana da USP (NEREUS), 2019.

Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP) 2008-2009.

INE – **Noções Gerais sobre o Recenseamento Geral da população e Habitação** (RGPH-2014), Luanda, 2013.

MEDEIROS, Marcelo. **O que faz os Ricos ricos: um estudo sobre fatores que determinam a riqueza.** Brasília: 2003, Tese.

MEDEIROS, Marcelo. **Medidas de Desigualdade e Pobreza.** Brasília: EdUnB, 2012.

MENDONÇA, L. J. V. P. **Políticas sociais e luta de classes: uma crítica a Amartya Sen.** **Textos e Contextos**, v. 11, n. 1, p. 65 – 73, 2012.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



OLIVEIRA, Sílvia de. **Olhar a pobreza em Angola: causas, consequências e estratégias para a sua erradicação**. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 48, N. 1, p. 29-40, jan/abr 2012

OLIVEIRA, Sílvia de. **Modos de vida da pobreza em Angola**. *Revista Angolana de Sociologia* [Online], 9 |2012, posto online no dia 11 dezembro 2013, URL:<http://journals.openedition.org/ras/457> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/ras.457>.

PEET, Richard. **Inequality and Poverty: A Marxist-Geographic Theory**. *Annals of the Association of American Geographers* , , Vol. 65, No. 4, pp. 564-571, Dec., 1975. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2562423>

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Intrínseca, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2019: Além do rendimento, além das médias, além do presente: As desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova York, 2019.

ROCHA, Manuel José Alves da. **Salários, distribuição de rendimento e crescimento equitativo**. Luanda: Mayamba, 2014.

RODRIGUES, Cristina Udelsmann. **Pobreza em Angola: efeito da guerra, efeitos da paz**. *Revista Angolana de Sociologia* [Online], 9 | 2012, posto online no dia 11 dezembro 2013. URL:<http://journals.openedition.org/ras/451>; DOI: 10.4000/ ras.451.

SEN, A. **'Equality of What?'**, in: *Tanner Lectures on Human Values*, Volume 1, Cambridge University Press, Cambridge, 1980.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Antônio Carlos Matias da. **Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências**. NEARI EM REVISTA | V.4 N.5 2018.1 | ISS 2447-2646.

YANG, L. **The relationship between poverty and inequality: concepts and measurement**. CASEpaper 205/LIPpaper 2, London School of Economics. 2017.

PROMOÇÃO



APOIO

